



## CÂMARA DOS DEPUTADOS

**REQUERIMENTO Nº DE 2015**  
(Do Sr. Deputado IVAN VALENTE - PSOL/SP)

Requer a realização de audiência pública para debater o **“Regime Jurídico dos Serviços de Telecomunicações e a Reversibilidade dos Bens sob a perspectiva do garantismo dos direitos dos usuários”** na proposta de alteração da Lei Geral de Telecomunicações.

Senhor Presidente,

1

Requeiro, nos termos do artigo 255 do Regimento Interno, a realização de audiência pública, ouvido colegiado, para discutir o **“Regime Jurídico dos Serviços de Telecomunicações e a Reversibilidade dos Bens sob a perspectiva do garantismo dos direitos dos usuários”** com os seguintes convidados:

- 1) Flávia Lefèvre (advogada da Proteste e integrante do Comitê Gestor da Internet (CGI.br))
- 2) Marcello Miranda (Instituto Telecom)
- 3) Marcus Marcelus Gonzaga Goulart (Procurador da República/MPF)
- 4) João Rezende (presidente da Anatel)
- 5) Maximiliano S. Martinhão (Secretário de Telecomunicações do Ministério das Comunicações)
- 6) Eduardo Levy (presidente do SindiTelebrasil)



## **CÂMARA DOS DEPUTADOS**

### **JUSTIFICATIVA**

A presente iniciativa tem como escopo debater com os especialistas a temática em tela sob a órbita do direito das telecomunicações pós-privatização; em particular, no que tange à prestação de parte dos serviços de telecomunicações em regime público, em respeito aos princípios da universalidade e da continuidade, consagrados no direito administrativo e por reverberação pressupostos extensivos do princípio constitucional da “adequação”, expresso no artigo 175 da CF/88 e na lei 9.472/97.

Com o advento do malfadado e ultrapassado processo de privatização patrocinado durante o governo Fernando Henrique Cardoso, do desmonte e do entreguismo das empresas públicas ao capital privado, o novo regime jurídico de prestação dos serviços de telecomunicações reconfigurou o Estado brasileiro, reduzindo-o – salvo o pequeno papel reservado à Telebras – à limitada condição de Estado-regulador, através da ANATEL. Desde a sua criação, a atuação da agência reguladora está longe de ser considerada positiva pelos usuários, cujos direitos, inúmeras vezes, foram violados diante dos interesses das operadoras.

Em que pese as regras instituídas pela Lei 9.472/97 e pela Resolução nº 73/98, que regulamenta os serviços de telecomunicações, o conjunto desses serviços deveria ser regido pelos princípios da universalidade, da continuidade e dos direitos dos usuários, garantindo-lhes o acesso às inúmeras ofertas das telecomunicações, com padrões de qualidade e regularidade. Tal quadro, entretanto, está longe da realidade brasileira.

Atualmente, dentre todos os serviços de telecomunicações, somente o de telefonia fixa é prestado sob regime público. É justamente a flexibilidade do regime privado e a insuficiência das metas de qualidade e cobertura previstas neste regime jurídico que fazem, por exemplo, com que a telefonia móvel e a internet banda larga – sobre as quais não incidem metas de



## **CÂMARA DOS DEPUTADOS**

universalização ou controle tarifário – estejam entre os serviços mais reclamados pelos consumidores.

Neste mesmo diapasão crítico, é fundamental debater a questão dos chamados bens reversíveis, de propriedade da União e transferidos temporariamente às operadoras, no processo de privatização, para que a continuidade da prestação dos serviços fosse possível à época. Como o próprio termo afirma, quando do termo final das concessões de telefonia fixa, no caso de um determinado serviço ou mercado não ser mais considerado de interesse comercial, é a partir da disponibilização de tais bens e de sua reversão ao Estado que a continuidade dos serviços pelo próprio poder público ou por terceiros pode vir a ser garantida.

Entretanto, concessionárias de telefonia fixa como Vivo, Oi, CTBC e Sercomtel não querem ter que devolver tais bens, entre eles redes, em 2025. Isso porque boa parte das redes de telefonia fixa hoje também serve à prestação do serviço de banda larga. Porém, como já dito, os bens reversíveis são infraestrutura estratégica para a prestação dos serviços de telecomunicações, são bens gravados pelo interesse público, que valem bilhões de reais, e não podem ser dispostos pelas empresas como elas bem entenderem. Trata-se de um tema que requer urgente debate aprofundado por esta Casa.

Por fim, cabe destacar que tal debate não pode ficar adstrito à ordem econômica, prescindindo da reflexão dos direitos dos usuários e do consumidor, sob pena de consolidarmos o atual modelo que, explicitamente, deixou órfã a maioria da população em termos de universalização do acesso ao conjunto dos serviços de telecomunicações – em especial o acesso à internet banda larga que, prestada em regime privado, apresenta hoje baixa qualidade e altíssimas taxas de conexão, sacrificando sobretudo a população de baixa renda.



## **CÂMARA DOS DEPUTADOS**

Sala das sessões, 17 de Setembro de 2015.

Deputado **IVAN VALENTE**  
(PSOL/SP)